



h.
D

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
06 DE MARÇO DE 2018

N.º 05/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Declaração, Requerimento e Recomendação Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2018.....	6
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	8
3 – Fórum de Atividades – Arrendamento da Loja Comercial nº 2 – Relatórios Preliminar e Final.....	8
Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 16 de fevereiro a 1 de março de 2018.....	10
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	11
6 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	11
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Cultura	
7 – Associação Padre Joaquim – Passeio de Bicicleta “Roda Livre” – Pedido de Participação Financeira.....	12



8 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Construção de um Palco – Pedido de Apoio Financeiro.....	13
9 – Tuna de Carvalhais – Obras de Reparação na Sede – Pedido de Comparticipação Financeira.....	15

Serviço de Ação Social

10 – Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Apoio Financeiro.....	16
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

11 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	18
-------------------------------------------------------	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declaração, Requerimento e Recomendação Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte: -----

----- 1.1 – “DECLARAÇÃO. -----

----- Assunto: “limpeza de faixas de proteção das vias”. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, declarar o seguinte: -----

----- Na última semana do mês de fevereiro de 2018, devido às baixas temperaturas e à alta percentagem de humidade no ar, nas zonas de maior altimetria do concelho de Santa Marta de Penaguião verificamos a formação de espessas camadas de gelo, tendo no caso concreto das árvores, provocando quebra de ramos e o próprio derrube, impedindo vias de circulação e danificação infraestruturas. -----

----- Quero expressar uma palavra de apressa pelo trabalho, empenho e dedicação que os funcionários do Município demonstraram na limpeza das vias que, por estes motivos ficam impedidas de trânsito. -----

----- Como aumento desta potencial carga térmica, espalhada pela generalidade de espaço florestal, torna-se necessário proceder à sua remoção, como procedimento para mitigar potenciais incêndios na época de estivo. -----

----- Com a limpeza das faixas de proteção das vias públicas, apercebemo-nos que se por um lado reduzimos o nível de perigosidade no que concerne a incêndios, estamos a desproteger os limites das vias, levando à necessidade de colocação de rails de proteção em muitos troços que até agora estavam de algum modo salvaguardados pelas próprias hastes das árvores. -----

----- Melhorar a situação de contexto implica o conhecimento das diversas variáveis, e encontrar o equilíbrio no funcionamento do sistema, ou seja, na procura de uma solução para um caso em concreto, não devemos gerar novos problemas ou agravar os existentes, pelo que peço a melhor atenção e análise ao executivo municipal para nesta matéria. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 06 de março de 2018



----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de março de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 1.2 – “REQUERIMENTO. -----

----- Assunto: “Funcionamento do órgão executivo”. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, requerer a V. Ex.ª o seguinte: -----

----- No mês de janeiro de 2018, enviei aos serviços municipais a indicação de email, que deveria constar na página do executivo municipal, uma vez que o existente se encontrava para mim inacessível. O novo email constou durante alguns dias na página institucional. Contudo e sem qualquer aviso prévio o meu endereço eletrónico foi alterado, e não me foi atribuído qualquer chave de acesso. A falta de credenciação para além de impedir-me de aceder aos emails institucionais pode ainda constituir uma grave violação do direito da privacidade de dados enquanto vereador. -----

----- Para que a legalidade seja reposta, solicito que seja efetuada a respetiva credenciação, fornecida a respetiva chave de acesso, com a faculdade de ser personalizada por mim, de modo que fiquem garantidos os direitos constitucionalmente estabelecidos. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de março de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 1.3 – “RECOMENDAÇÃO. -----

----- Assunto: “Controlo da qualidade da água para abastecimento público”. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, vem proceder à seguinte recomendação: --

----- Agradeço o fornecimento das, medições do controlo da água de abastecimento públicos, que solicitei na penúltima reunião desta Câmara Municipal, e que nos permitiu concluir que a qualidade da água estará dentro dos parâmetros normais, segundo a Lei em vigor, apresentado, contudo, um ligeiro e constante nível de alumínio acima do normal. É ainda perceptível que as substâncias e métodos de tratamento induzem características física-químicas que prejudicam

u.

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 06 de março de 2018

ligeiramente a qualidade deste produto. Pelo que, recomendamos que o executivo Municipal esteja atento e procure as introduzir as melhores soluções para que seja preservada a qualidade da água. -----

----- Por outro lado, quero chamar a atenção para as debilidades do sistema de captação e tratamento de água do **lugar do Barreiro**, em Louredo, uma vez que qualquer alteração mais significativa na precipitação alterar imediatamente a qualidade da água que abastece este lugar. Pelo que recomendo ao executivo municipal que estude e analise esta situação, de modo a não alarmar a respetiva população e garantindo-lhes um produto estável, de qualidade e que não coloque em risco a saúde pública. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de março de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia

23 de fevereiro de 2018

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de fevereiro de 2018; -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2017 - Aprovada, por maioria. -----

----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----



----- Ponto 2.2 - Aprovar o projeto de revisão do regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 – Deliberação sobre a adesão do Município como associado da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara municipal de 16 de janeiro de 2018). - Aprovada, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 – Discutir o Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara municipal de 20 de fevereiro de 2018) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.5 Deliberar sobre a integração do município, como membro fundador, na Associação CEPAD – Centro de Estudo e Promoção do Azeite do douro (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018) - Aprovada, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a 1.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos – 2018 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018) - Aprovada, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a (alínea a) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018) - Aprovada, por maioria. -----

----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Fontes, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018) - Aprovada, por maioria.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de janeiro.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 28 de fevereiro de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Fórum de Atividades – Arrendamento da Loja
Comercial nº 2 – Relatórios Preliminar e Final**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Relatório Preliminar: -----

----- Ordem de Trabalhos: -----

----- Hasta pública e licitação verbal para aquisição do direito de arrendamento da loja comercial nº 2 do Fórum de Atividades, anunciada pelo edital nº 2/DAFRH/2018. -----

----- Foi dado início à Hasta pública com a leitura das condições propostas para a aquisição do direito de arrendamento da referida loja, finda a qual se procedeu à abertura das propostas apresentadas pelas duas proponentes: Maria João Raimundo Gonçalves e a Firma Dona Otilia, Ld.^a. -----

----- A proponente Maria João Raimundo Gonçalves apresentou uma proposta de 510€.-----

----- A proponente Dona Otilia, Ld.^a apresentou uma proposta de 505€.-----



----- Verificou-se que estava presente a Senhora Otília Maria Alves Timóteo em representação e como gerente da Firma Dona Otília, Ld.^a. -----

----- A Hasta pública iniciou-se com o valor base de licitação de 510€, uma vez que foi o valor da proposta apresentada com o maior montante. -----

----- A senhora Otília Maria Alves Timóteo em representação da Firma Dona Otília, Ld.^a e na ausência de quaisquer outros participantes, efetuou um lance de 5€, tendo-lhe sido atribuída a concessão do direito de arrendamento, pela importância de 515€, a celebrar pelo prazo de oito anos, conforme norma constante no n.º 1 do artigo 38º do Regulamento do Fórum de Atividades.

----- Para os devidos efeitos legais, informou-se a proponente presente do prazo de dez dias úteis a conceder para audiência de interessados, findos os quais a presente proposta será analisada e aprovada em reunião de Câmara Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrado o ato público do qual se lavrou a presente ata que depois de lida e considerada conforme vai ser assinada. -----

----- Relatório Final: -----

----- No dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu a Comissão designada para dirigir o procedimento do concurso referenciado, constituída por Emanuel Rodrigues Costa, Presidente, Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e Inês Nogueira Rebelo, Vogais a fim de analisar as eventuais reclamações dos concorrentes, na sequência da audiência prévia, conforme o previsto no artigo 34º do Regulamento do Fórum de Atividades e artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- A Comissão constatou que apenas a firma concorrente Dona Otília, Ld.^a, representada pela gerente Otília Maria Alves Timóteo, veio comunicar que nada tem a opor ao Relatório Preliminar.

----- Verificou ainda que a concorrente Maria João Raimundo Gonçalves, não se pronunciou. -----

----- Constatou-se ainda que, a concorrente Dona Otília, Ld.^a, para efeitos do n.º 5 do artigo 32 do referido Regulamento, dentro das atividades enumeradas no artigo 22º, pretende exercer a atividade de **“Comércio de Vinhos e Produtos Regionais”**. -----

----- Assim, cumpridas todas as formalidades previstas no Regulamento do Fórum de Atividades, propõe-se: -----

- a) Que a adjudicação do arrendamento da loja comercial, n.º 2, sita no rés-do-chão do Fórum de Atividades, seja feita à firma **Dona Otília, Ld.^a**, pelo valor de **515,00€**, pelo prazo de 8 anos; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 06 de março de 2018



b) Que o presente relatório seja submetido à reunião da Câmara Municipal para efeitos de adjudicação definitiva, nos termos previstos no artigo 36º do referido regulamento. -----

----- Para constar, se lavrou o presente relatório, que vai ser assinado pela Comissão." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à adjudicação definitiva do arrendamento da loja comercial, nº 2, sita no rés-do-chão do Fórum de Atividades, à firma Dona Otília, Ld.ª, pelo valor de 515,00€ (quinhentos e quinze euros), pelo prazo de 8 anos, nos termos propostos. -----**
A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, do Partido Socialista, ausentou-se na discussão e votação deste ponto. -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia
16 de fevereiro a 1 de março de 2018

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 de fevereiro a 01 de março de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	01/03/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	1 012 483,53
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	855 402,20
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	157 381,33
Receitas Orçamentais		1 057 704,58	Operações de tesouraria	61 206,56
Correntes	1 012 156,48		Saldo para o dia seguinte:	236 671,32
Capital	45 548,10		Execução orçamental	138 172,86
Operações de tesouraria		58 828,88	Operações de tesouraria	98 498,46
Total		1 310 361,41	Total	1 310 361,41

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de fevereiro de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 6 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 11 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de janeiro, de 2018. -----



----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “Direito de preferência de organismos públicos”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

Associação Padre Joaquim – Passeio de Bicicleta

“Roda Livre” – Pedido de Participação Financeira

----- 7 – Presente à reunião ofício da Associação Padre Joaquim, registado sob o n.º 401 de 19 de fevereiro do corrente ano, do seguinte teor: -----



----- “A Associação Padre Joaquim de Alvações do Corgo irá levar a efeito no dia 18 de março, “dia de São Cirilo de Jerusalém, homem de grande empenho no trabalho com o seu o povo na defesa da verdade e do amor”, a realização de um passeio de bicicleta designado “Roda Livre”. -

----- Trata-se de um percurso paisagístico, cultural e turístico magnífico, de vinhas sobranceiras à linha, de aldeias esquecidas junto à linha e da estrada nacional 313 em Alvações do Corgo. -----

----- A afirmação do Turismo no Concelho é já uma aposta ganha deste Executivo Municipal, contudo sabemos que o Concelho vale pelo somatório de todas as partes, desta forma a Associação Padre Joaquim dentro das suas limitações, pretende contribuir para a “*Valorização D’Ouro*”, e dar a conhecer um pouco da riqueza paisagística e das oportunidades económicas inexploradas desta região. -----

----- Sabemos do valor das nossas ações, sabemos da importância dos nossos objetivos e da motivação que nos une, no entanto, como em qualquer evento há sempre alguns custos associados e que V.ª Ex.ª compreenderá, pelo que seria uma honra poder contar com o vosso apoio para minimizar os custos da realização deste evento.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar o apoio logístico necessário para a realização do evento.** -----

Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Construção de um Palco – Pedido de Apoio Financeiro

----- 8 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, registado sob o n.º 463, de 23 de fevereiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O GCD Sever tem mais de 3 décadas de existência e é uma associação que tem como objetivo principal a promoção cultural e desportiva. -----

----- Dentro das atividades culturais, pretendemos ensaiar e apresentar uma peça de teatro no decorrer do presente ano. -----

----- O palco existente na nossa sede é de madeira. Devido aos anos está frágil e apodrecido, pelo que é nossa intenção mandar construir um novo palco. -----



----- Para o efeito foi realizada informalmente uma consulta de preços ao mercado local, o que nos permitiu saber que o preço do palco pretendido ronda os 2.000,00 €. -----

----- Cientes da gestão orçamental que o Município tem de fazer, vimos apelar à sensibilidade de V.^a Ex.^a e solicitar um apoio financeiro para o investimento referido.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00 (dois mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar a seguinte declaração de voto: -----

----- Na qualidade de vereador e de cidadão manifesto a minha solidariedade, apoio e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por todas as Associações sejam culturais, recreativas, desportivas ou de natureza Social, do concelho de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Contudo e face à legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal n.º 249/2008, de 13 de maio, bem como aos princípios da legalidade e da transparência dos procedimentos administrativos, existindo ausência dos diversos documentos legais que suportam e justificam, criteriosamente a atribuição de dinheiros públicos sob a forma de subsídio, torna-se para mim um impedimento legal e moral votar favoravelmente com estas condições, pelo que o meu voto será desfavorável. -----



----- *Compete ao executivo municipal proceder às diligências legais expostas em regulamentos aprovados nesta mesma Câmara, apresentado os critérios de suporte, devidamente fundamentados, ou que extinga os Regulamentos em vigor.* -----

----- *Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de março de 2018.* -

----- *O Vereador, Daniel Teles* -----

----- *Ass: Daniel Teles.* -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no seguimento da Declaração de Voto, apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, disse o seguinte:-----

----- *"Sobre a declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador, cumpre-nos informar que as Associações e Grupos Desportivos e Culturais têm feito chegar regularmente ao Município os respetivos documentos de prestação de contas e planos de atividade.* -----

----- *Caso seja do interesse do Senhor Vereador pode consultar, em qualquer altura, os documentos em apreço.* -----

Tuna de Carvalhais – Obras de Reparação na Sede

– Pedido de Comparticipação Financeira

----- 9 – Presente à reunião ofício da Tuna de Carvalhais, registado sob o n.º 466 de 26 de fevereiro do corrente ano, do seguinte teor: -----

----- *"A Tuna de Carvalhais tem vindo a representar o Concelho de Santa Marta de Penaguião, ao longo dos últimos anos, sempre com dedicação e empenho. Contudo, o empenho por vezes precisa de ser alimentado e as instalações da sede do nosso grupo infelizmente não nos permitem ter um empenho superior ao que possamos e desejamos ter.* -----

----- *Com efeito, a Escola de Carvalhais, atual sede do grupo, necessita de algumas obras de reparação que em tudo ajudariam a que os ensaios fossem mais rentáveis e agradáveis.* -----



----- Como tal, dado o elevado valor do orçamento para as obras base de reparação (10 000€) da escola de carvalhais, vimos solicitar um apoio financeiro ao Município de Santa Marta de Penaguião para ajudar a fazer face às referidas despesas.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com fundamento nos argumentos expostos na declaração de voto vertida no ponto 8 da presente ata, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00 (dez mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

Serviço de Ação Social

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Apoio Financeiro

----- 10 – Presente à reunião ofício da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 462, de 23 de fevereiro do corrente ano, com o seguinte teor: -

----- “A Cruz Vermelha Portuguesa em Santa Marta de Penaguião (CVP) tem atendido a vários pedidos para a cedência de equipamentos, como por exemplo camas articuladas, cadeiras de rodas com e sem wc, andarilhos e canadianas. -----

----- Este equipamento é cedido a título gratuito para quem dele necessita, mas traduz-se num encargo muito elevado para a CVP. -----

----- Acontece que os pedidos de auxílio têm aumentado e temos sentido dificuldades em conseguir atender a todas as necessidades, uma vez que a nossa disponibilidade financeira é muito limitada. -----



----- Em 2017 solicitamos a atribuição do subsídio anual para os anos de 2015 a 2017, sendo que o mesmo foi deliberado, considerando os montantes, para os anos de 2015 a 2016, pelo que vimos pelo presente solicitar a atribuição dos subsídios referentes aos anos de 2017 e 2018, que nos ajudarão a fazer face às dificuldades que temos tido em responder aos pedidos que nos têm chegado. -----

----- Certos que tomarão em consideração o nosso pedido.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com fundamento nos argumentos expostos na declaração de voto vertida no ponto 8 da presente ata, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.200,00 (dois mil e duzentos euros), sendo 1.100,00 (mil e cem euros), referente ao ano de 2017 e 1.100,00 (mil e cem euros) referente ao ano de 2018, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

O pagamento da comparticipação financeira referente ao ano de 2018 será efetuado aquando da atribuição do subsídio anual aos Grupos e Associações Culturais do Concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado e o Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, do Partido Socialista, ausentaram-se na discussão e votação deste ponto. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 11 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)